

Índice

2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	1
2.2 Resultados operacional e financeiro	9
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	12
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	13
2.5 Medições não contábeis	14
2.6 Eventos subsequentes as DFs	16
2.7 Destinação de resultados	17
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	18
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	19
2.10 Planos de negócios	20
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	22
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	23
5.2 Descrição dos controles internos	26
5.3 Programa de integridade	31
5.4 Alterações significativas	34
5.5 Outras informações relevantes	35

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2.1 - Condições financeiras e patrimoniais

As informações financeiras incluídas neste item, devem ser lidas em conjunto com nossas demonstrações financeiras individuais e consolidadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as quais foram elaboradas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e as International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A análise dos Diretores esclarecendo os resultados obtidos constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações financeiras sobre a situação financeira da Companhia. A Administração da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

Neste item são apresentadas, pelo corpo diretivo da Companhia, informações que se destinam à auxiliar investidores e partes interessadas no entendimento e análise das condições financeiras e patrimoniais da Companhia.

Certas tabelas da seção 2 deste Formulário de Referência contém os termos “AH” e “AV” que significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens da mesma rubrica entre um período e o outro. A Análise Vertical representa (i) o percentual ou item de uma linha em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis para os resultados das nossas operações; ou (ii) em relação do ativo total/passivo e patrimônio líquido, nas datas aplicáveis para a demonstração do nosso balanço patrimonial.

Os valores constantes deste item 2.1 foram extraídos das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, que estão disponíveis no site da Companhia (<https://ri.excelsior.com.br/>) e no site da CVM (www.gov.br/cvm).

(a) Comentários dos diretores sobre as condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria da Companhia acredita que por meio de sua estratégia de evolução da eficiência operacional, atuando fortemente na melhoria dos processos fabris para redução de perdas e na homologação de novos fornecedores para obtenção de negociações favoráveis quanto ao custo da matéria-prima, possui condições financeiras e patrimoniais suficientes para dar continuidade ao seu plano de negócios e cumprir suas obrigações de curto e longo prazos, incluindo empréstimos e financiamentos, como também para atender suas atividades e necessidade de recursos, no mínimo, para os próximos 12 meses.

Em 31 de dezembro de 2023, o índice de endividamento da Companhia (representado pelo passivo circulante acrescido do passivo não circulante e dividido pelo patrimônio líquido), era de 0,58x. A redução apresentada no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 quando comparado ao índice de 0,66x de 31 de dezembro de 2022, deve-se principalmente ao aumento de R\$ 2.145.666,89 na rubrica de fornecedores, redução de R\$ 4.162.609,42 em empréstimos e financiamentos, devido a liquidação do empréstimo do Banco Santander, R\$ 5.986.914,16 na rubrica de dividendos a pagar referente a proposta de 2022, e aumento do patrimônio líquido em virtude do impacto positivo de R\$ 13.610.978,79 decorrente do lucro do exercício de R\$ 17.675.441,62 líquido dos dividendos propostos de R\$ 4.064.462,80.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2023	2022
Índice de endividamento	0,58	0,66

(b) Comentários dos diretores sobre a estrutura de capital

A Diretoria da Companhia acredita que a atual estrutura de capital apresenta níveis adequados de alavancagem. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia apresentou uma estrutura de capital equilibrada entre capital próprio e de terceiros na proporção apresentada na tabela abaixo:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2023	2022
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante)	60.996.269,91	60.565.212,65
Capital próprio (patrimônio líquido)	105.017.606,08	91.406.627,29
Capital total (terceiros + próprio)	166.013.875,99	151.971.839,94
Parcela de capital de terceiros	36,74%	39,85%
Parcela de capital próprio	63,26%	60,15%

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não possuía ações resgatáveis.

(c) Comentários dos diretores em relação à capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A necessidade de recursos da Companhia refere-se principalmente a: (i) compra de matéria-prima, mercadorias e produtos acabados; (ii) obrigações fiscais; (iii) obrigações trabalhistas e sociais; (iv) pagamento de juros e principal de empréstimos e financiamentos; e (v) pagamento de dividendos. As principais fontes de recursos da Companhia são: (i) o caixa gerado pelas atividades operacionais e (ii) empréstimos e financiamentos. O capital circulante líquido apresenta o índice de 1,2x.

Os Diretores acreditam que o caixa disponível e a geração de caixa das atividades operacionais da Companhia serão suficientes para cobrir as necessidades de liquidez e compromissos financeiros para os próximos 12 meses.

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

Os Diretores acreditam que a geração de caixa das atividades operacionais da Companhia é suficiente para cumprir as obrigações de capital de giro e investimentos em ativos não circulantes.

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Os Diretores acreditam que a geração de caixa das atividades operacionais da Companhia será suficiente para cumprir as obrigações de capital de giro, visto que o capital circulante líquido é de 1,2x. Para 2024 não há investimentos em ativos não circulantes previstos.

(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(i) Contrato de empréstimos e financiamentos relevantes

Empréstimos e Financiamentos

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia mantém um único contrato de empréstimo e financiamento no total de R\$ 5.846.602,45 que representa o montante de curto prazo. Nesta data, o saldo de empréstimos e financiamentos representa 9,6% do passivo circulante e não circulante, que totalizaram R\$ 60.996.269,91. A Companhia contraiu este empréstimo e financiamento com o intuito de financiar suas atividades de investimento.

A tabela abaixo apresenta a composição do endividamento em 31 de dezembro de 2023:

Modalidade	Taxa média anual	Circulante	Não circulante	Total
Cédula do Produto Rural - CPR	13,77%	5.846.602,45	0,00	5.846.602,45

A tabela abaixo apresenta o cronograma para pagamento da dívida no valor total de R\$ 5.846.602,45, conforme apurado em 31 de dezembro de 2023:

Vencimento	R\$
2024	5.846.602,45

Os Diretores acreditam que os recursos disponíveis para a Companhia em 31 de dezembro de 2023 são suficientes para atender às necessidades de liquidez para os próximos 12 meses.

Obrigações Contratuais

A tabela seguinte sumariza os empréstimos e financiamentos, juros estimados sobre empréstimos e financiamentos, obrigações de arrendamento e outras obrigações em 31 de dezembro de 2023 que representam impactos significativos na liquidez da Companhia.

Obrigações contratuais (R\$)	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Total
Fornecedores	30.608.070,03	-	-	30.608.070,03
Fornecedores risco sacado	732.304,41	-	-	732.304,41
Empréstimos e financiamentos ⁽¹⁾	5.846.602,45	-	-	5.846.602,45
Juros estimados sobre empréstimos e financiamentos	217.349,55	-	-	217.349,55
Dividendos declarados	4.127.326,16	-	-	4.127.326,16
Arrendamentos a pagar	1.518.981,45	859.682,04	146.050,00	2.524.713,49
Total	43.050.634,05	859.682,04	146.050,00	44.056.366,09

⁽¹⁾ Inclui juros estimados.

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia possui convênios com algumas instituições financeiras com o objetivo de melhorar sua gestão de capital de giro por meio da facilitação da antecipação de créditos a seus fornecedores.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas

Não aplicável.

(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia está em conformidade com todas as obrigações constantes no seu contrato de empréstimo e financiamento.

Essas obrigações referem-se a determinadas cláusulas usuais de mercado, conforme descrito abaixo:

- Alterar materialmente a natureza de seus negócios e operações;
- Ter seu controle societário direto ou indireto transferido a terceiro;
- Realizar a transferência, seja por cisão ou por qualquer outra forma, de seus ativos operacionais para outra entidade;
- Ser objeto de protesto de títulos de sua responsabilidade ou coobrigação, sofrer execução ou arresto de bens, sofrer qualquer medida judicial ou extrajudicial em montante igual ou superior a U\$ 100.000.000,00 (cem milhões de dólares); e
- Celebrar determinadas transações com partes restritas.

(g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Não aplicável.

(h) Alterações significativas em cada item das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

Demonstrações de resultado

DRE - Demonstrações dos resultados dos exercícios	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2023	2022
RECEITA LÍQUIDA	222.379.617,52	192.037.297,41
Custo dos produtos vendidos	(170.910.389,24)	(149.220.595,02)
LUCRO BRUTO	51.469.228,28	42.816.702,39
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS		
Administrativas e gerais	(3.555.449,55)	(3.587.034,62)
Com vendas	(36.452.978,28)	(31.413.015,95)
Outras receitas	(38.480,67)	175.751,32
LUCRO OPERACIONAL	11.422.319,78	7.992.403,14
Receita financeira	5.554.119,16	4.622.777,17

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Despesa financeira	(5.195.863,81)	(4.661.426,82)
Resultado Financeiro Líquido	358.255,35	(38.649,65)
LUCRO ANTES DA PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	11.780.575,13	7.953.753,49
Imposto de renda e contribuição social correntes	(2.607.070,35)	(1.506.343,15)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.501.936,84	(7.867.955,48)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO	17.675.441,62	(1.420.545,14)

Receita líquida

A receita da Companhia é proveniente da produção e comercialização de produtos resfriados como o apresuntado, presunto, queijo, fatiados cozidos, linguiça defumada, mortadela, pão de alho e patês e produtos congelados como hambúrguer, linguiça frescal, linha festa, petiscos, pizzas, pratos prontos, sanduíches e vegetais.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia obteve uma receita líquida de R\$ 222.379.617,52, representando um aumento de R\$ 30.342.320,11 ou 15,8% quando comparada com a receita líquida de R\$ 192.037.297,41 do exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

R\$	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		Variação	
	2023	2022	R\$	%
Receita Líquida	222.379.617,52	192.037.297,41	30.342.320,11	15,80%

Custo dos produtos vendidos

O custo dos produtos vendidos consiste principalmente no gasto com a aquisição de matéria-prima e insumos como as embalagens e ingredientes. Além destas compras, o custo dos produtos vendidos também considera outros custos de produção como fretes, energia elétrica, depreciação e mão de obra.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, o custo dos produtos vendidos da Companhia aumentou R\$ 21.689.794,22 ou 14,54% quando comparado com os custos incorridos no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, principalmente pelo aumento do preço das matérias-primas dos itens de suínos, recortes de suínos e pele.

R\$	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		Variação	
	2023	2022	R\$	%
Custo dos produtos vendidos	(170.910.389,24)	(149.220.595,02)	(21.689.794,22)	14,54%
Custo dos produtos vendidos como porcentagem da receita líquida	(76,86%)	(77,70%)	-	-

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas consistem principalmente em gastos com mão de obra, prestação de serviços, depreciação e amortização.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, as despesas gerais e administrativas da Companhia reduziram R\$ 31.585,07 ou 0,88% quando comparado com as despesas

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

administrativas incorridas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, pela redução do quadro de colaboradores.

R\$	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		Variação	
	2023	2022	R\$	%
Despesas gerais e administrativas	(3.555.449,55)	(3.587.034,62)	31.585,07	-0,88%
Despesas gerais e administrativas como porcentagem da receita líquida	(1,60%)	(1,87%)	-	-

Despesas com vendas

As despesas com vendas consistem principalmente em gastos com mão de obra, comissões, fretes, propaganda e marketing, *impairment* de ativos financeiros, depreciação e amortização.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, as despesas com vendas da Companhia aumentaram R\$ 5.039.962,33 ou 16,04% quando comparado com as despesas com vendas incorridas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, principalmente pelo aumento dos gastos com fretes em virtude do aumento dos combustíveis, aumento dos gastos com comissão devido ao crescimento da receita operacional e pela reposição do quadro de colaboradores.

R\$	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		Variação	
	2023	2022	R\$	%
Despesas com vendas	(36.452.978,28)	(31.413.015,95)	(5.039.962,33)	16,04%
Despesas com vendas como porcentagem da receita líquida	(16,39%)	(16,36%)	-	-

Resultado financeiro líquido

Incluem receitas e despesas de juros e tributos incidentes sobre as movimentações financeiras.

As receitas financeiras totalizaram R\$ 5.554.119,16 no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, enquanto as despesas financeiras totalizaram respectivamente R\$ 5.195.863,81 no mesmo exercício.

R\$	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2023	2022
Receita financeira	5.554.119,16	4.622.777,17
Despesa financeira	(5.195.863,81)	(4.661.426,82)
Resultado financeiro líquido	358.255,35	(38.649,65)

Imposto de Renda e Contribuição Social

Impostos correntes

São registrados com base no lucro tributável, de acordo com a legislação e alíquotas vigentes.

Impostos diferidos

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Os impostos diferidos são constituídos sobre saldos de prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias ativas e passivas entre a base fiscal e a contábil. Os impostos diferidos são determinados utilizando as alíquotas efetivas ou substancialmente efetivas no encerramento do exercício corrente e espera-se que sejam aplicadas quando impostos diferidos ativos sejam realizados ou os impostos diferidos passivos sejam liquidados.

Os impostos diferidos somente serão reconhecidos caso seja provável que futuramente exista base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos compensados, com base em projeções de resultados tributáveis bem como em estudos técnicos de viabilidade.

Em 31 de dezembro de 2023, foram reconhecidos os benefícios relacionados aos prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social acumulados no montante de R\$ 14.289.601,44. Porém ainda há R\$ 21.012.318,59 não reconhecidos por não haver projeções futuras de lucro suficientes para compensação de tais perdas.

Fluxo de Caixa

A tabela abaixo apresenta o fluxo de caixa das atividades operacionais, de investimentos e de financiamentos para os exercícios indicados:

R\$	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2023	2022
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	29.964.968,83	558.545,00
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimentos	(3.379.290,87)	(4.012.628,86)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento	(11.900.638,39)	6.088.900,00
Variação líquida no caixa e equivalentes de caixa	14.685.039,57	2.634.816,14
Caixa e equivalentes de caixa inicial	13.543.690,09	10.908.873,95
Caixa e equivalentes de caixa final	28.228.482,80	13.543.690,09

Atividades Operacionais

O fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais pode variar de acordo com a flutuação das receitas de vendas, dos custos dos produtos vendidos, das despesas operacionais, variações nas atividades operacionais, juros pagos e recebidos e impostos de renda, contribuição social e contingências pagos.

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 29.964.968,83. Comparado com o caixa gerado pelas atividades operacionais de R\$ 558.545,00 no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, a variação de R\$ 29.406.423,83 entre esses exercícios se deve principalmente ao:

- resultado antes da provisão para imposto de renda e contribuição social que passou de R\$ 7.953.753,49 em 2022, para R\$ 11.780.575,13 em 2023, que depois dos ajustes, resultaram em uma geração de caixa de R\$ 14.269.675,00 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, comparado com uma geração de caixa de R\$ 20.202.068,47 no exercício correspondente em 2023; e

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

- caixa relativo às variações nos ativos e passivos, que passaram de uma aplicação de caixa de R\$ 9.882.009,48 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 para uma geração de caixa de R\$ 12.928.931,46 no exercício correspondente em 2023, principalmente pelo aumento de fornecedores, fornecedores risco sacado e estoques.

Atividades de Investimentos

O fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos é principalmente relacionado a aquisição de ativos imobilizados de R\$ 3.558.128,49. Nos anos encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o caixa aplicado nas atividades de investimentos totalizaram R\$ 3.379.290,87 e R\$ 4.012.628,86, respectivamente.

As aplicações mais relevantes são decorrentes da construção do Centro de Distribuição - CD em Santa Cruz do Sul e das adequações da parte estrutural da fábrica e regularização do PPCI (Plano de Prevenção e Proteção de Combate ao Incêndio) da planta, previsto para ser concluído no primeiro trimestre de 2024.

Atividades de financiamento

O fluxo de caixa gerado atividades de financiamentos inclui principalmente recursos de novos empréstimos e financiamentos. O fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento inclui principalmente os pagamentos de principal de empréstimos e financiamentos, pagamentos de arrendamentos mercantis e pagamentos de dividendos. No exercício social findo em 31 de dezembro 2023 o caixa líquido aplicado pelas atividades de financiamento totalizou R\$ 11.900.638,39, enquanto o caixa líquido gerado nas atividades de financiamento totalizou R\$ 6.088.900,00 no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, R\$ 4.166.667,50 referem-se a caixa utilizado para pagamento de empréstimos e financiamentos, R\$ 1.747.053,89 de caixa foram utilizados no pagamento de arrendamento mercantil e R\$ 5.986.916,00 para pagamento de dividendos.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, R\$ 10.000.003,41 referem-se a caixa utilizado para pagamento de empréstimos e financiamentos, R\$ 1.856.032,67 de caixa foram utilizados no pagamento arrendamento mercantil e R\$ 2.055.069,33 para pagamento de dividendos, sendo que tais valores foram parcialmente compensados por R\$ 20.000.005,41 em empréstimos e financiamentos captados.

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2 - Resultados operacional e financeiro

a) resultados das operações do emissor:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Receita Líquida

Venda e comercialização de embutidos de carnes, sendo os principais produtos: presuntos, fiambres, mortadelas, linguiças, salsichas e patês, incluindo produtos processados congelados cozidos e pré-cozidos, operações no mercado doméstico brasileiro, principalmente na Região Sul, tendo o Rio Grande do Sul como seu principal mercado, atuando nas redes varejistas, distribuidores, revendedores e pequenos estabelecimentos comerciais.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A administração da Companhia monitora várias métricas e indicadores que afetam as operações de seus negócios, incluindo:

- volume de produção;
- utilização da capacidade produtiva;
- volume de vendas;
- preços de venda;
- demandas e preferências dos clientes;
- disponibilidade de matéria-prima e ingredientes alimentares;
- rendimento de produção;
- sazonalidade;
- disponibilidade de mão-de-obra;
- concorrência;
- tributação; e
- valor da marca.

b) variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

Nos últimos dois exercícios sociais, a situação financeira e o resultado das operações da Companhia foram influenciados por fatores como o desenvolvimento macroeconômico brasileiro, a taxa de desemprego, a disponibilidade de crédito, nível dos juros básicos e o nível da média salarial. Variáveis como desenvolvimento macroeconômico brasileiro, taxa de desemprego e média salarial, podem afetar positivamente ou negativamente nossa receita, pois afetam diretamente o poder de consumo de nossos clientes. Também podem incorrer em variações positivas ou negativas em nossos custos operacionais e despesas administrativas e comerciais devido à oferta e demanda de mão de obra. A disponibilidade de crédito e o nível dos juros básicos podem afetar positivamente ou negativamente nossas despesas financeiras bem como nossa capacidade de investimento no curto e médio prazo.

2.2 Resultados operacional e financeiro

Em 2023, em linha com o nosso direcionamento estratégico, nossa marca ganhou mais penetração nos lares, assim como tem aumentado a recompra por partes dos consumidores. Isso tudo, aliado ao foco em desenvolver relações estratégicas com clientes chave, permitiu importantes ganhos de participação de mercado. Assim, nosso volume acelerou 14,4%, enquanto nossa receita líquida foi 15,8% superior ao ano passado.

Receita Operacional Líquida (R\$ mil) 222.380 192.037

Vendas (tons) 22.237 19.445

Preço médio 10,00 9,88

Efeitos dos principais fatores relacionados às nossas atividades que afetam os nossos resultados financeiros e operacionais:

O setor de proteínas é geralmente afetado pelas mudanças das condições macroeconômicas nacionais e internacionais, tais como: crescimento de renda; taxa de desemprego; confiança dos consumidores; taxas de juros de curto e longo prazo; políticas governamentais; e variação cambial. Tais mudanças macroeconômicas acabam por alterar os níveis de demanda e preço dos produtos deste setor. As receitas e rentabilidade da Companhia são afetadas pelas condições da economia brasileira em geral.

Efeito dos níveis de vendas de produtos industrializados nos mercados domésticos no resultado operacional:

A Companhia continua adquirindo todas as matérias-primas e insumos no mercado, não possuindo matéria-prima própria. Os preços para aquisição de matéria-prima e de insumos são os praticados pelo mercado e, desta forma, a Companhia está sujeita às oscilações dos mesmos. Todos os contingenciamentos possíveis para minimizar os efeitos adversos que a elevação dos preços da matéria-prima pode ocasionar são praticados, entretanto, os efeitos desejados nem sempre são imediatos.

c) Impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Variação dos principais insumos e produtos e inflação

O desempenho operacional da Companhia pode ser afetado pelo custo de aquisição das matérias-primas e insumos como as embalagens e ingredientes, que por sua vez são impactados pela oferta e demanda, e consequentemente pela inflação vigente na economia brasileira. O custo de matéria-prima e insumos representou aproximadamente 87,38% e 84,76% do custo de produção nos exercícios sociais findos em 2023 e 2022, respectivamente.

A receita bruta de vendas é afetada pela inflação, uma vez que, de modo geral, a Companhia repassa parte, ou a totalidade, dos aumentos nos custos de produção para seus clientes por meio de aumentos de preços. A Companhia não pode prever, no entanto, se será capaz de repassar o aumento dos custos para seus clientes no futuro.

Câmbio

Como as operações da Companhia estão concentradas no mercado interno e, consequentemente, seus fluxos de caixa não estão sujeitos a variações cambiais de moedas estrangeiras, não há risco relevante associado a variação de moedas para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Taxa de Juros

2.2 Resultados operacional e financeiro

O risco da Companhia decorre das operações de empréstimos e financiamentos atreladas ao CDI.

Na nota explicativa de número 23 - Instrumentos financeiros e gestão de riscos, das Demonstrações Contábeis do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia apresenta a análise de sensibilidade dos riscos associados a taxa de juros.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3 - Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

a) mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos itens 2.1 e 2.2

Não houve mudanças significativas entre as práticas contábeis adotadas nas demonstrações contábeis da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia realizou a reversão do saldo integral da reserva de subvenção relativa aos anos de 2019, 2020 e 2021 tendo em vista um importante precedente jurisprudencial do Supremo Tribunal de Justiça, Recurso Especial nº 1.517.492 – PR, que possibilita a não realização da reserva de subvenção proveniente de créditos presumidos de ICMS, sendo necessário o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 25% do saldo total da reserva de subvenção, uma vez que a constituição de tal reserva nos referidos exercícios ocasionou a redução da base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios, e a constituição de reserva estatutária da Companhia.

b) opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não houve ressalvas ou ênfases no relatório do auditor independente da Companhia com relação as Demonstrações Contábeis relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4 - Efeitos relevantes nas demonstrações financeiras

a) introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve evento de introdução ou alienação de segmento operacional nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve evento e constituição, aquisição ou alienação de participação societária nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

c) eventos ou operações não usuais

Não há eventos ou operações não usuais praticadas pela Companhia nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

2.5 Medições não contábeis

2.5 - Medições não contábeis

a) informar o valor das medições não contábeis

A Companhia divulga medida contábil não reconhecida pelas práticas contábeis (“non-GAAP”) incluindo: EBITDA. Essa medida financeira non-GAAP é utilizada pela administração da Companhia como medida de desempenho e não deve ser considerada como medida de desempenho financeiro de acordo com o Relatório Financeiro – *Internacional Financial Reporting Standards* (IFRS) ou o BR GAAP.

As medidas não contábeis non-GAAP devem ser utilizadas apenas de maneira complementar para a tomada da decisão de investimento. Não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis com título semelhante fornecido por outras Companhias.

O EBITDA é definido como lucro líquido ou prejuízo do exercício, acrescido pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido) e pelo custo e despesa de depreciação e amortização.

O EBITDA é apresentado como medida financeira suplementar na avaliação dos negócios da Companhia. Como o EBITDA exclui certos encargos não monetários, a apresentação dessas medidas financeiras ajuda os investidores a avaliar o desempenho operacional da Companhia de período para período e aprimora o entendimento de seu desempenho financeiro e destaca as tendências operacionais. Essas medidas são amplamente utilizadas pelos investidores e agências de classificação nas recomendações de avaliação, comparação, classificação e investimento das empresas.

No entanto, a mensuração do EBITDA pode não ser comparável ao de outras empresas do mesmo setor, o que limita sua utilidade como medida comparativa. Além disso, o EBITDA não é uma medida exigida ou calculada de acordo com o IFRS ou o BR GAAP e não deve ser considerado como substituto para a receita líquida ou qualquer outra medida de desempenho financeiro relatada de acordo com a IFRS ou o BR GAAP ou como medida de fluxo de caixa operacional ou liquidez, uma vez que não reflete certos custos envolvidos nas operações, como despesas financeiras, impostos e depreciação, qualquer um dos quais pode ter um efeito significativo no lucro líquido.

Seguem abaixo os valores do EBITDA da Companhia para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

R\$	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2023	2022
EBITDA	17.186.282,48	13.044.635,98

b) fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

R\$	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2023	2022
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	17.675.441,62	(1.420.545,14)
Resultado financeiro líquido	(358.255,35)	38.649,65

2.5 Medições não contábeis

Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	(5.894.866,49)	9.374.298,63
Depreciação e amortização	5.763.962,70	5.052.232,84
(=) EBITDA	17.186.282,48	13.044.635,98

c) explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

Os motivos pelos quais a Companhia entende que as medições não contábeis apresentadas são apropriadas para a correta compreensão de sua condição financeira e resultado de suas operações foram apresentados no subitem (a) acima.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6 - Eventos subsequentes às demonstrações financeiras

Não ocorreram eventos subsequentes às demonstrações contábeis divulgadas pela Companhia em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e 2022, cuja emissão foi autorizada respectivamente em 25 de março de 2024 e 22 de março de 2023.

2.7 Destinação de resultados

2.7 - Destinação de resultados

Período	2023
(a) Regras sobre retenção de lucros	O Estatuto Social da Companhia prevê que o lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação: a) 5% (cinco por cento) para a constituição de reserva legal, até alcançar 20% (vinte por cento) do capital social observando o disposto no artigo 193, da Lei nº 6.404/76; b) quantia necessária para o pagamento do dividendo anual obrigatório às ações ordinárias e preferenciais, nos termos do Artigo 8 deste Estatuto Social; c) o saldo que eventualmente remanescer, será levado a crédito da conta Reserva Estatutária de Investimentos, não superior a 90% (noventa por cento) do lucro líquido ajustado, que terá por fim financiar a aplicação em ativos operacionais e/ou reforçar o capital de giro da empresa, bem como de subsidiar novos investimentos.
(b) Regras sobre distribuição de dividendos	O Estatuto Social da Companhia prevê que, anualmente, como dividendo obrigatório, será partilhada entre os acionistas titulares de ações ordinárias e preferenciais, a quantia correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da lei societária.
(c) Periodicidade das distribuições de dividendos	O Estatuto da Companhia prevê a distribuição anual de dividendos. Sem prejuízo, mediante prévia autorização do Conselho de Administração, a Diretoria poderá declarar dividendos intermediários observando o disposto no artigo 204 e seus parágrafos da lei nº 6.404/76.
(d) Restrições à distribuição de dividendos	O Estatuto Social da Companhia prevê que 5% (cinco por cento) do lucro líquido seja, anualmente, destinado à formação de reserva legal, a qual não poderá ultrapassar 20% (vinte por cento) do capital social integralizado ou o limite previsto no §1º do artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações. De acordo com o Estatuto Social, a Companhia deve pagar aos seus acionistas 25% (vinte e cinco por cento) de seu lucro líquido anual ajustado sob a forma de dividendo obrigatório. O lucro líquido pode, portanto, ser utilizado para constituição da reserva legal ou para compensar prejuízos, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, podendo não ser disponibilizado para pagamento de dividendos.
(e) Política de destinação de resultado formalmente aprovada	A Companhia não possui política específica que trata sobre destinação de resultados.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items) tais como:

i. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando os respectivos passivos;

Os Diretores da Companhia esclarecem que não existem carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades não evidenciadas nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

ii. Contratos de futura compra e venda de produtos e serviços;

Os Diretores da Companhia esclarecem que não existem contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços, passíveis de gerar um efeito relevante, não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

iii. Contratos de construção não terminada; e

Os Diretores da Companhia esclarecem que não existem contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços, passíveis de gerar um efeito relevante, não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

iii. Contratos de construção não terminada; e

Os Diretores da Companhia esclarecem que não existe construção não terminada não evidenciada nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

iv. Contratos de recebimento futuros de financiamentos.

Os Diretores da Companhia esclarecem que não existem contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Todos os eventos relevantes foram evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9 - Comentários sobre itens não evidenciados

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não há itens relevantes não evidenciados nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

b) natureza e propósito da operação

Não aplicável.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável.

2.10 Planos de negócios

2.10 - Plano de negócios

(a) investimentos

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Não aplicável, tendo em vista que não existem investimentos relevantes em andamento ou previstos.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

Não aplicável, tendo em vista que não existem investimentos relevantes em andamento ou previstos.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável, tendo em vista que não existem investimentos relevantes em andamento ou previstos.

(b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não aplicável, tendo em vista que não houve aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que influenciem materialmente a capacidade produtiva da Companhia

(c) novos produtos e serviços

A Companhia investe constantemente em pesquisa e desenvolvimento de novos produtos relacionados às suas unidades de negócios já existentes, porém, até a presente data, não existem pesquisas que foram divulgadas ao mercado em geral.

(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

A Companhia investe constantemente em pesquisa e desenvolvimento de novos produtos relacionados às suas unidades de negócios já existentes, porém, até a presente data, não existem pesquisas que foram divulgadas ao mercado em geral.

(ii) montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

A Companhia investe constantemente em pesquisa para desenvolvimento de novos produtos relacionados às suas unidades de negócios já existentes, porém, até a presente data, não existem pesquisas que foram divulgadas ao mercado em geral.

(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados

A Companhia investe constantemente em desenvolvimento de novos produtos relacionados às suas unidades de negócios já existentes, porém, até a presente data, não existem projetos que foram divulgadas ao mercado em geral.

(iv) montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

2.10 Planos de negócios

A Companhia investe constantemente em desenvolvimento de novos produtos relacionados às suas unidades de negócios já existentes, porém, até a presente data, não existem projetos que foram divulgadas ao mercado em geral.

(d) oportunidades inseridas no plano de negócios da Companhia relacionadas a questões ASG

Não existem investimentos relevantes em andamento ou previstos relacionados a questões ASG.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2.11 - Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

Não há outros fatores que possam influenciar no desenvolvimento operacional.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5.1 - Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

(a) política formalizada de gerenciamento de riscos

A Companhia não possui uma política de gerenciamento de risco formalmente aprovada, entretanto a controladora final do grupo econômico no qual a Companhia está inserida, possui uma série de Instruções Normativas e Manuais de Procedimentos Internos, aprovados por cada plataforma de negócio ou diretoria, com o objetivo de descrever os procedimentos que devem ser adotados por todos seus colaboradores, mapeando possíveis riscos que a Companhia possa incorrer e definindo ainda as responsabilidades de cada colaborador da Companhia. Adicionalmente, o Conselho de Administração da Companhia aprovou documentos denominados Código de Conduta e Ética e Código de Conduta de Parceiros de Negócios, ambos globais, válidos e exigíveis em todas as regiões de atuação da Companhia.

A administração da JBS S.A., controladora final do grupo econômico no qual a Companhia está inserida (“JBS”), criou uma área de conformidades legais voltada a segurança do trabalho. Composto por um grupo multidisciplinar, a área de conformidades legais é responsável por agir preventivamente em todas as unidades de produção do grupo para garantir a adequação das unidades às normas de segurança de trabalho vigentes no Brasil. O grupo de trabalho está ligado à Diretoria de Contencioso Trabalhista, que responde à Diretoria Executiva Jurídica de Contencioso Geral.

A administração da JBS possui uma política de relacionamento com entidades governamentais e agentes públicos, com o objetivo de gerenciar os riscos decorrentes de tratativas com órgãos governamentais. Adicionalmente, no início de 2020 foi publicada uma política global de anticorrupção que traz diretrizes e orientações aos colaboradores, de acordo com as principais legislações sobre o tema.

Em 26 de maio de 2017, o conselho de administração da JBS instituiu o Comitê de Governança, Remuneração e Nomeação que tem por objetivo assessorar o Conselho de Administração no cumprimento de suas atribuições com relação às regras e princípios de governança corporativa, remuneração e escolha e indicação de membros do Conselho de Administração e seus comitês, conforme estabelecidos na legislação aplicável, no Estatuto Social e nas melhores práticas de mercado, bem como com relação ao aprimoramento dos mecanismos de governança corporativa e gestão da Companhia.

O Comitê de Governança, Remuneração e Nomeação possui Regimento Interno próprio aprovado pelo Conselho de Administração em 11 de novembro de 2020 e disponível no site de relação com investidores da Companhia (<https://ri.jbs.com.br/>), e reporta-se ao Conselho de Administração, atuando com independência em relação à Diretoria da Companhia. O Comitê de Governança, Remuneração e Nomeação funciona em caráter permanente. O Comitê de Governança, Remuneração e Nomeação é composto por, no mínimo, 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros, eleitos pelo Conselho de Administração, selecionados entre os membros efetivos do Conselho de Administração, os diretores estatutários e outros executivos da Companhia; e profissionais externos com notórios conhecimentos sobre as atividades que integram o escopo do referido Comitê. Atualmente é composto por 6 (seis) membros.

O Código de Conduta e Ética e Código de Conduta de Parceiros da Companhia, ambos aprovados pelo Conselho de Administração em 24 de junho de 2020, foram originalmente escritos em português com uma linguagem clara e acessível a todos os níveis hierárquicos, sendo também traduzidos para outros 3 idiomas (inglês, espanhol e italiano). Os documentos estão disponíveis na rede mundial de computadores no site institucional de Compliance da Companhia (www.jbs.com.br/compliance), no site de Relações com Investidores e, além disso, no site do Linha

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Ética JBS. Ademais, ao público interno o Código de Conduta e Ética fica disponível na rede interna de comunicação, denominada Intranet JBS. Não existe hierarquia dentre as áreas responsáveis pela gestão de risco, sendo que todas se reportam ao Conselho de Administração.

(b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos

(i) riscos para os quais se busca proteção

A Companhia busca proteção para os desvios ou irregularidades de seus procedimentos internos ou com terceiros. A gestão de riscos insere-se no compromisso da Companhia de atuar de forma ética e em conformidade com os requisitos legais e regulatórios estabelecidos para o exercício de suas atividades. Os riscos abaixo, são mitigados por meio de controles internos, treinamentos e da constante divulgação dos códigos de conduta e da Companhia tanto para seus parceiros de negócios quanto para seus colaboradores. Através do Código de Conduta de Parceiros de Negócios aplicável aos seus parceiros de negócios (“CCPN”), a Companhia busca se proteger de riscos atrelados às violações de legislações e responsabilidade que lhe podem recair em decorrência da relação com seus parceiros.

Através do CCPN a Companhia busca assegurar, por parte de seus parceiros, o cumprimento das leis (incluindo legislação de proteção ao meio ambiente, leis de defesa à concorrência, proteção contra práticas anticorrupção e anticoncorrenciais, legislação trabalhista, direitos humanos, leis de saúde e segurança do trabalho, entre outras). A Companhia busca ainda estabelecer diretrizes para prevenção de maus-tratos aos animais, bem como regular as práticas de doações, brindes e entretenimento, conflitos de interesse e contribuições políticas.

Por fim, através do CCPN a Companhia determina as diretrizes para tratamento de informações confidenciais e proteção de seus ativos. Através do Código de Conduta e Ética aplicável aos colaboradores (“CCE”) a Companhia busca se proteger de riscos atrelados às violações, pelos seus colaboradores das diretrizes previstas no CCE, incluindo:

- Saúde e segurança no trabalho;
- Diversidade no local de trabalho;
- Ambiente livre de assédio;
- Observação de regras trabalhistas e de imigração
- Segurança do alimento;
- Proteção do meio ambiente e sustentabilidade;
- Tratamento de conflito de interesse e transações com partes relacionadas;
- Práticas anticorrupção e prevenção à lavagem de dinheiro;
- Políticas de presentes, entretenimentos, contribuições políticas, doações filantrópicas e patrocínios;
- Relacionamento com o governo e contratação com agentes públicos;
- Relações com sindicatos;
- Controles comerciais;
- Práticas antitruste e concorrenciais;
- Uso de informações privilegiadas;

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- Proteção de dados, propriedade intelectual, uso de ativos da Companhia e comunicações eletrônicas; e
- Manutenção de livros e registros contábeis.

(ii) instrumentos utilizados para proteção

A Companhia utiliza do CCPN e do CCE, bem como de suas instruções normativas internas para informar preventivamente seus colaboradores e prestadores de serviços dos princípios gerais de conduta ética aceitável pela Companhia.

(iii) estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

O gerenciamento dos temas presentes no CCPN e CCE é realizado pela Diretoria de Compliance com o suporte das áreas:

- (a) Controles internos, responsável pelo mapeamento dos processos e dos possíveis riscos que a Companhia possa incorrer;
- (b) Recursos humanos, responsável por engajar, disseminar e assegurar a cultura de integridade na Companhia;
- (c) Jurídico, responsável por avaliar e, quando cabível, tomar as medidas legais pertinentes.

Não existe hierarquia dentre as áreas acima mencionadas, sendo que todas se reportam ao Conselho de Administração.

(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia entende que o CCPN e o CCE, suas instruções normativas e políticas internas, bem como sua estrutura organizacional indicada acima, são adequados para o gerenciamento dos riscos para os quais busca proteção. Além disso, a Companhia acredita que sua estrutura operacional e de controles internos é adequada para conferir razoável segurança em seus processos e demonstrações financeiras.

5.2 Descrição dos controles internos

5.2 - Descrição controles internos

(a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A Companhia segue as diretrizes de sua controladora final JBS S.A. (“**JBS**”), que atua no segmento do Novo Mercado da B3 e a efetividade dos controles é regularmente monitorada como parte da sua gestão. Destacamos em 2017 a criação da Diretoria Global de Compliance, cuja principal função foi a implementação de um programa de práticas antifraude e anticorrupção. Abaixo uma breve descrição das principais práticas de controles internos adotadas pela Companhia:

(i) Controles Internos

O ambiente de controles internos abrange as atividades do Conselho de Administração, Comitês que assessoram o Conselho de Administração, Presidências, Diretorias, Gerências e todos os colaboradores da Companhia, com o objetivo de permitir uma condução mais segura, adequada e eficiente dos negócios e em linha com as regulamentações estabelecidas. Os processos, políticas e sistemas da Companhia são continuamente reavaliados e testes de aderência regularmente aplicados para aferir a efetividade e desempenho dos controles existentes relacionados a:

- Demonstrações financeiras;
- Gestão e obrigações-chaves ao negócio;
- Compliance, normas, regulamentos, políticas e procedimentos;
- Monitoramento permanente do rígido respeito às leis;
- Segregação de funções – evitando o conflito de interesses e facilitando a avaliação dos riscos através da aderência aos controles da Companhia.

Além disso, a JBS, controladora final da Companhia, com um contínuo trabalho de alinhamento às melhores práticas de mercado na gestão de controles internos e compliance, também aplica em vários ciclos de negócio a metodologia *Control Self Assessment* (CSA).

(ii) Sistema de Informação

A Companhia opera em suas mais distintas divisões de negócios com sistemas integrados, que registram as transações desde o pedido de venda até sua efetiva contabilização. As transações realizadas possuem registros de logs, possibilitando uma melhor análise de incidentes e a identificação do responsável pelo processo através de trilhas de auditoria.

Os sistemas são parametrizados de acordo com as melhores práticas de governança, exigindo aprovação nos processos de compras de acordo com o nível hierárquico e controles de alçadas. Da mesma forma, as transações registradas com divergências em relação às políticas da empresa, exigem aprovação específica para a sequência do processo, composto por alçadas de acordo ao nível hierárquico.

No processo de gerenciamento de mudanças em seus sistemas, a Companhia conta com ambientes segregados para desenvolvimento, homologação e produção, garantindo que todas as alterações sejam testadas e monitoradas antes de sua implementação.

O acesso aos sistemas e seus módulos (inclusive o contábil) é realizado por perfil de acesso, que é definido de acordo com a função de cada colaborador dentro da organização. Desde 2013 a Companhia informatizou sua Matriz de SOD (*Segregation of Duties*) no Brasil, contribuindo para a automatização do processo de segregação de funções, através da identificação de acessos críticos

5.2 Descrição dos controles internos

e definições de prováveis conflitos de acesso, resultando em um método mais efetivo de controles de situações de conflitos de interesse. O controle de liberação de acessos e perfis é centralizado e realizado por uma área exclusiva pertencente à Diretoria Corporativa de Tecnologia da Informação. Todas as solicitações são registradas e, se aplicável, autorizadas eletronicamente através de aprovações de acordo ao nível hierárquico no sistema GCA (Gerenciador de Controle de Acesso) que possui integração com a matriz de SOD do Sistema ERP. Anualmente é realizada uma campanha de revisão de acessos através desta ferramenta.

Em 2017, a Companhia construiu um novo Data Center de alta disponibilidade abrangendo todos os negócios no Brasil, mitigando o risco de interrupções nos sistemas que suportam suas operações.

Cumprindo com os requisitos da LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados que estabelece regras específicas para o tratamento de dados pessoais), a Diretoria Corporativa de Tecnologia da Informação desenvolveu controles e estruturas para atender aos direitos dos titulares de dados pessoais. Foi criado o Escritório de Privacidade e também o Comitê de Privacidade, composto por diretores de diversas áreas. A Companhia desenvolveu políticas de privacidade para seus colaboradores e terceiros, política de retenção e descarte de dados, além da readequação de seus contratos com cláusulas específicas de privacidade de dados pessoais. Foram adquiridas ferramentas de gestão de consentimento, gestão de *cookies* e direitos do titular. Também foi disponibilizado na sua página na internet um canal para acolher solicitações de dados pessoais: jbs.com.br/contato/portal-de-privacidade

Em 2023, a Companhia criou seu ambiente de Disaster Recovery em um terceiro site, com todos os seus servidores e dados replicados de forma assíncrona com software de proteção de dados para esta finalidade. Todo o ambiente é protegido contra incidentes lógicos, existindo a necessidade de pelo menos um dos dois Data Centers em alta disponibilidade estar funcional para uma possível ativação do site de Disaster Recovery devido a necessidade de conectividade com as filiais.

(iii) Segurança da Informação

As práticas de Segurança da Informação contemplam a efetiva proteção dos ativos da informação, constituídos pelas bases de dados, pelos ambientes de informática, documentos, arquivos, cópias de segurança de sistemas, acessos controlados aos sistemas e informações e proteção na geração e tráfego de dados, dentre outras ferramentas de gestão em segurança. Com o objetivo de preservar a total aderência dos controles internos e dos sistemas informatizados, são mantidos programas de treinamento, conscientização e revisões das políticas, focados na absoluta proteção dos dados restritos e de interesse exclusivo de clientes internos, bem como das informações estratégicas da Companhia. Também foi implantado o Plano de Continuidade de TI, que formaliza as ações a serem adotadas para que, em momentos de crise, a recuperação e a continuidade dos processos de negócios sejam efetivas, evitando ou minimizando perdas financeiras tanto para a Companhia como para as partes interessadas.

Em linha com as melhores práticas de segurança disponíveis no mercado, anualmente a JBS, controladora final da Companhia, realiza um teste de invasão aos seus sistemas, o "Pentest", conduzido por empresas especialistas em segurança da informação, buscando identificar vulnerabilidades que possibilitem ataques através de hackers aos sistemas da JBS. Os resultados destes testes são devidamente reportados à Auditoria Interna, Diretor Administrativo Estatutário e ao Diretor Presidente da JBS.

(iv) Auditoria Interna

A Auditoria Interna avalia os processos e sistemas de forma independente, verificando sua conformidade com as políticas e normas adotadas através de uma abordagem padronizada e

5.2 Descrição dos controles internos

disciplinada, destinada a aprimorar as práticas de gerenciamento de riscos e controles internos, agregando valor à governança corporativa e servindo de referência na tomada de decisão. Além disso, investiga eventuais casos de fraude, desvio de recursos e/ou danos ao patrimônio.

A Auditoria Interna foi implantada em junho de 2004 visando o fortalecimento da governança corporativa, através dos seguintes princípios:

- Riscos estejam devidamente identificados e controlados;
- Informações financeiras, gerenciais e contábeis estejam íntegras e disponíveis;
- Ações dos colaboradores estejam de acordo com as normas e procedimentos estabelecidos pela Companhia;
- Recursos sejam adquiridos ao menor custo, usados de maneira eficiente e adequadamente protegidos; e
- Aspectos relacionados com qualidade e melhoria contínua nos processos sejam estabelecidos.
- O Departamento de Auditoria utiliza uma metodologia de mapeamento de riscos baseada nos frameworks: COSO I ERM - Comitê das Organizações Patrocinadoras da Comissão Treadway, COBIT 4.1, ITIL 2.0 e ISO27001, obedecendo os seguintes critérios:
- Identificar os riscos e controles;
- Avaliar o impacto em caso de materialização;
- Avaliar a frequência em que o risco pode se materializar.
- Anualmente é realizado um plano plurianual, onde são definidos os ciclos de auditoria, sendo:
 - o Unidades ou processos de risco alto – Auditados anualmente com escopo completo;
 - o Unidades ou processos de risco médio – Auditados a cada 03 anos com escopo completo;
 - o Unidades ou processos de risco baixo – Auditados a cada 05 anos com escopo limitado.

Os testes de auditoria são realizados com base na matriz de riscos, na matriz de controles internos e considerações da liderança (Presidente do Conselho de Administração, Presidentes das Divisões de Negócio e Diretores Executivos) e dos membros do Comitê de Auditoria. Além disso, o departamento de Auditoria também utiliza ferramentas de auditoria contínua, permitindo o monitoramento on-line dos mais diversos indicadores de riscos e possibilitando a demonstração da evolução dos riscos para Alta Administração.

Os resultados dos trabalhos e planos de ação são reportados ao Presidente e ao Comitê de Auditoria. Mensalmente, a Auditoria Interna acompanha o status dos planos de ação, visando a garantia da implementação e sua efetividade.

(v) Ouvidoria

A Ouvidoria da JBS foi criada em 2010 e é o canal de comunicação disponibilizado a todos os colaboradores, clientes, fornecedores ou qualquer pessoa que possua algum relacionamento com o grupo JBS, controladora da Seara Alimentos Ltda., que por sua vez é controladora da Companhia, para que possam compartilhar suas reclamações, sugestões ou elogios. Os assuntos reportados à

5.2 Descrição dos controles internos

Ouvidoria são analisados e encaminhados ao Diretor responsável para análise e providências cabíveis. Após tratativas, a Ouvidoria entra em contato com o reclamante a fim de informar sobre as ações realizadas. A partir de novembro de 2021 os canais de contato com a Ouvidoria foram unificados ao canal independente “Linha Ética” da Diretoria Global de Compliance, que também a partir desta data passou a ser responsável pela gestão e acompanhamento da Ouvidoria.

(vi) Compliance Corporativo

Em 2017, a JBS reestruturou seu departamento de Compliance. A área passou a contar com um Diretor Global, responsável pela implementação e supervisão das iniciativas da área em todas as regiões de atuação da Companhia.

(b) estruturas organizacionais envolvidas

(i) Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Companhia toma decisões colegiadas, cuja vontade é expressada mediante deliberação e voto da maioria dos Conselheiros, não conferindo a seus membros, isoladamente, qualquer atribuição na administração da Companhia. É composto por 11 membros, dos quais 07 são independentes, correspondendo a 64% do total de sua formação.

Dentre outras atribuições relacionadas ao ambiente de controles internos, cabe ao Conselho de Administração: determinar a orientação geral dos negócios da Companhia; aprovar políticas de gestão de riscos e financeiras; fiscalizar a gestão da diretoria e dos diretores; aprovar a criação de Comitês, seus respectivos regulamentos com regras específicas relativas aos trabalhos, competência, remuneração e procedimentos; escolher e destituir os auditores independentes. Com o objetivo de melhorar seu ambiente de governança, em 2017 a Companhia reformulou a estrutura dos comitês que apoiam o Conselho de Administração. Atualmente conta com o apoio de seis comitês específicos que o auxiliam nas deliberações estratégicas para o negócio: Comitê de Responsabilidade Sócio Ambiental, Comitê de Auditoria Estatutário, Comitê Financeiro e de Gestão de Riscos, Comitê de Governança, Remuneração e Nomeação, Comitê de Partes Relacionadas e Comitê de Diversidade, Equidade e Inclusão.

As reuniões ocorrem ordinariamente a cada 3 (três) meses, ou, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Presidente ou pelo Presidente do Conselho de Administração, exceto o Comitê de Auditoria Estatutário que possui reuniões bimestrais e o Comitê de Partes Relacionadas cujas reuniões são convocadas sempre que necessário.

(ii) Diretor Presidente (CEO)

Compete ao Presidente exercer a direção executiva da Companhia, cumprindo-lhe, para tanto, organizar, coordenar e supervisionar as atividades dos Presidentes dos Negócios e Diretores Corporativos, diligenciando para que sejam fielmente observadas as deliberações e as diretrizes fixadas pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração.

(c) forma de supervisão da eficiência dos controles internos pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A efetividade dos controles é regularmente monitorada como parte da gestão, já que um controle inicialmente eficaz pode tornar-se ineficaz devido a alterações no ambiente operacional.

Mudanças nos controles também podem ocorrer devido a mudanças nos processos, nos sistemas de tecnologia da informação ou de pessoal.

A administração da Companhia é responsável por estabelecer e manter um controle interno eficaz

5.2 Descrição dos controles internos

das informações financeiras e pela avaliação da eficácia do controle interno. A eficiência dos controles internos é supervisionada pelos membros da Diretoria da Companhia, de forma individual, e pelo Conselho de Administração, de forma colegiada e consolidada.

(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presente no relatório do auditor independente

A Administração entende que as deficiências e recomendações sobre os controles internos da Companhia apontadas pelos auditores independentes não causaram impactos materiais nas demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. O relatório circunstanciado do auditor independente não apontou deficiências significativas nos controles internos da Companhia e de suas controladas.

(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

A administração da Companhia reconhece os apontamentos pontuais que resultaram nas recomendações dos auditores sobre melhorias nas conciliações contábeis e entende que não representam deficiências significativas e que são rotineiramente monitorados pela contabilidade. Ainda, conforme informado no item anterior (“d”), o relatório circunstanciado do auditor independente não apontou deficiências significativas nos controles internos da Companhia e de suas controladas.

5.3 Programa de integridade

5.3 - Programa de integridade

(a) regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública

(i) principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pela Companhia

A Companhia segue as premissas da área de Compliance da controladora final JBS S.A. (“JBS”), que possui o Programa de Compliance da JBS denominado “Faça Sempre o Certo”, um conjunto de mecanismos que visa a prevenção, detecção e remediação de desvios comportamentais, regulatórios, bem como de atos lesivos contra a administração pública nas relações que a Companhia mantém com outras organizações, indivíduos, governo e a sociedade. Programa possui oito pilares de atuação:

- (1) Avaliação de riscos: a área de Compliance da JBS, realiza periodicamente a avaliação dos riscos de integridade da Companhia. Estes são identificados, classificados e acompanhados através de uma matriz baseada em probabilidade e impacto, pela qual, dependendo da situação identificada, são estabelecidos planos de ação de modo a eliminar ou reduzir os riscos e proporcionar segurança nas operações da Companhia.
- (2) Liderança e Governança: fundamentado no modelo “tone at the top”, este pilar reforça o alinhamento e comprometimento da Alta Administração, como fator fundamental para disseminar a cultura de integridade, garantindo que o corpo diretivo endosse o Programa e o perpetue nos demais níveis da organização.
- (3) Políticas e Procedimentos: este pilar estabelece instruções normativas de modo complementar aos Códigos de Conduta e Ética e trata de diferentes temas relacionados ao Programa em resposta ao processo de avaliação de riscos.
- (4) Canal de Denúncias: a Companhia disponibiliza canal de denúncia, denominado “Linha Ética JBS”, que pode ser acessado por colaboradores, parceiros de negócios ou qualquer parte interessada para reportar violação ou potencial violação aos Códigos de Conduta e Ética, das políticas e dos procedimentos internos ou da legislação vigente.
- (5) Controles: mediante situações de risco de integridade identificadas, o Compliance executa controles preventivos e detectivos, com o fim de mitigar potenciais violações ao Programa. Os controles são desenhados em conjunto com as áreas responsáveis e ocorrem nas formas de travas sistêmicas, monitoramentos eletrônicos, fluxos e alçadas de aprovação, dentre outros.
- (6) Treinamentos e Comunicação: programa anual de treinamento e comunicação para disseminar a cultura de compliance, promovendo o conhecimento e incentivando a prática no dia a dia das disposições estabelecidas nos Códigos de Conduta e Ética, políticas, procedimentos e legislações vigentes.
- (7) *Due Diligence* de terceiros: parceiros de negócios considerados de risco para a Companhia são diligenciados automaticamente à medida que são cadastrados nos sistemas contábeis.
- (8) Avaliação, Fiscalização e Disciplina: em caso de irregularidades, medidas disciplinares são aplicadas de acordo com a gravidade da violação, tais como advertência, suspensão, rescisão do contrato de trabalho ou do contrato com terceiros.

5.3 Programa de integridade

(ii) a estrutura organizacional envolvida no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade

A Diretoria de Compliance da JBS, com o apoio da alta Administração, é responsável por aplicar e aprimorar constantemente o Programa, provendo suporte às áreas de negócios. A estrutura dispõe de independência e autonomia para execução das atividades, assim como recursos materiais, financeiros e profissionais dedicados exclusivamente a essas atribuições, reportando-se diretamente ao Conselho de Administração. No âmbito do Programa, a estrutura conta com seis Comitês de Ética de Negócios e um Comitê de Ética Institucional, estruturas permanentes de caráter consultivo, deliberativo, normativo e que suportam, em conjunto com a área de Compliance, a legitimação, o cumprimento e o aprimoramento do Programa de Compliance.

(iii) código de ética ou de conduta

A JBS, possui dois Códigos de Conduta e Ética, um destinado aos colaboradores e, o outro, aos parceiros de negócios. Ambos com aplicabilidade global, foram revisados e aprovados pelo Conselho de Administração em 24 de junho de 2020.

Com relação ao Código de Conduta aplicável aos colaboradores, o mesmo estabelece regras e princípios mestres para guiar e mover a ação profissional deste público, independentemente do nível hierárquico ou região de atuação. De igual modo, a JBS também incentiva sua cadeia de valor a seguir as diretrizes do Código de Conduta de Parceiro de Negócios, incorporando-o como padrão de integridade necessário à boa relação comercial.

Os documentos estão disponíveis no website oficial da JBS (www.jbs.com.br/compliance), no website do Linha Ética JBS (<http://linhaeticajbs.com.br/>) e, ao público interno, na Intranet JBS, além de versões impressas em todas as nossas unidades de negócios.

Anualmente, os colaboradores e membros da alta administração da Companhia, incluindo os membros do Conselho de Administração e comitês de assessoramento são treinados sobre as diretrizes do Código de Conduta e Ética.

O descumprimento das diretrizes dos referidos Códigos pode resultar na aplicação de medidas disciplinares, rescisão de contratos e outras consequências, conforme permitido por lei.

(b) canal de denúncia

A JBS disponibiliza canal de denúncia, denominado "Linha Ética JBS", que pode ser acessado por colaboradores, parceiros de negócios ou qualquer parte interessada, para reportar potencial violação dos Códigos de Conduta e Ética, das políticas e dos procedimentos internos ou de qualquer legislação a que a empresa esteja submetida.

A Linha Ética JBS é operada por empresa independente, disponível 24 horas por dia, 7 dias por semana, nos principais idiomas onde a Companhia atua, permitindo anonimato, garantindo o sigilo, a confidencialidade e a não retaliação aos denunciantes de boa-fé. Os relatos geram um número de protocolo permitindo o acompanhamento do denunciante.

O Compliance é independente para apurar os relatos, sendo responsável por analisar, investigar e designar áreas de apoio, estabelecendo as tratativas adequadas a cada caso.

Os canais estão publicados nos Códigos de Conduta e Ética, website oficial da JBS (www.jbs.com.br/compliance), no website do Linha Ética JBS (<http://linhaeticajbs.com.br/>) e, ao público interno, na Intranet JBS e empresas do Grupo.

5.3 Programa de integridade

(c) número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas⁷

A Companhia não teve nenhum caso confirmado de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública nos últimos 3 (três) exercícios sociais.

(d) caso a Companhia não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais a Companhia não adotou controles nesse sentido

Não aplicável, tendo em vista que, conforme acima descrito, a Companhia adota regras, políticas, procedimentos ou práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

5.4 Alterações significativas

5.4 - Alterações significativas

A Companhia tem como prática a análise constante dos riscos aos quais está exposta e que possam afetar seus negócios, sua situação financeira e os resultados de suas operações de forma adversa. A Companhia está constantemente monitorando mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar suas atividades, através do acompanhamento dos principais indicadores de seu desempenho. A Companhia acredita possuir elevado grau de controle sobre seus fornecedores, visando a evitar qualquer tipo de efeito adverso em suas atividades. A Companhia adota política de foco contínuo na disciplina financeira e na gestão conservadora de caixa.

Em relação aos riscos financeiros nos quais a Companhia incorre, a Companhia tenta geri-los por meio do uso de gestão de riscos e programas de hedge, incluindo futuros e opções, relativos ao risco de flutuação da moeda decorrente de vendas ou vendas antecipadas de nossos produtos acabados que são denominados em outras moedas que não dólares americanos. No entanto, tais estratégias não descaracterizam a incidência de tais riscos em sua totalidade.

Atualmente, a Companhia não identifica cenário de aumento ou redução dos riscos mencionados no item 4 deste Formulário de Referência.

5.5 Outras informações relevantes

5.5 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta seção 5.